

Capitalismo e natureza no Brasil colonial: a pecuária bovina no Ceará e a continentalidade do jogo das trocas (ca. 1680-1750)

Tiago Kramer de Oliveira [*]

[*]Professor associado no Departamento de História/
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Florianópolis (SC), Brasil. kramerhis@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3866-2128>

Antonio José Alves de Oliveira[**]

[**]Pesquisador/bolsista no Instituto Nacional
da Mata Atlântica (INMA). Santa Teresa (ES), Brasil.
ajalvoliveira@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5019-5983>

Resumo: Entre 1680 e 1750, a colonização portuguesa na América adquiriu dimensão continental. Entre as atividades econômicas que impulsionaram o avanço dos caminhos do comércio e a edificação de ambientes coloniais destacamos a pecuária. Na Capitania do Ceará a pecuária transformou o ambiente, as paisagens e dinamizou o comércio com a produção de mercadorias que abasteciam o mercado interno e externo. Discutimos aqui as bases da relação entre exploração colonial e as dinâmicas da economia-mundo europeia, o processo de expansão do gado nas Capitânicas do Norte, principalmente no Ceará, e a geografia do comércio que absorvia a produção da pecuária nas redes continentais e marítimas, de circulação e acumulação. Assim, apontamos que estudos atentos à interface entre história econômica e história ambiental podem se beneficiar de abordagens que situem a expansão da pecuária na relação com a totalidade dos espaços-tempo que estruturam a economia-mundo.

Palavras-chave: Brasil colonial; Economia colonial; História ambiental.

*Capitalism and nature in Colonial Brazil:
the cattle in Capitaincy of Ceará and the
continentality of game of exchanges
(ca.1680-1750)*

Abstract: Between 1680 and 1750, the Portuguese colonization in America acquired a continental dimension. Amidst economic activities that boosted the advance of commerce and edification of colonial environments we highlight the cattle breeding. The livestock expansion in Capitaincy of Ceará transformed the environment and promoted the commerce with the production of goods supplying the internal and external markets. We discuss the bases of the relation between colonial exploitation and European world-economy dynamics, the livestock expansion in the capitaincies of the North, mainly the capitaincy of Ceará and the geography of trade that absorbed the livestock production in their nets of circulation and accumulation. Thus, we aim demonstrate that studies attentive to interface between economic history and environmental history may benefit of approaches which locates the cattle as part of a totality of space-time which structure the world-economy.

Keywords: Colonial Brazil; Colonial economy; Environmental history.

O período entre as últimas décadas do século XVII e meados do século XVIII foi marcado pelo avanço das conquistas e da colonização portuguesas no interior da América do Sul. A pecuária nas Capitâneas do Norte¹ ganha impulso durante e após a série de conflitos denominada Guerra dos Bárbaros. O sertanismo paulista promove expedições que resultaram em descobrimentos de ouro em terras que abrigavam as capitâneas de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Ao sul, o comércio na bacia do Prata e a caça do gado selvagem estimulam a formação de ambientes coloniais. Tomados regionalmente, esses movimentos (e outros poderiam ser citados) revelam dinâmicas próprias e variadas (Puntoni, 2002; Carrara, 2007b; Rosa, Jesus, 2003; Hameister, 2002; Prado, 2002) Tomados no contexto das relações entre Portugal e Brasil, tais dinâmicas podem ser justificadas pelas necessidades econômicas, geopolíticas e militares de Portugal que, depois da perda de posições no comércio no Índico e no Pacífico Sul, centrou seus esforços no espaço atlântico (Godinho, 1953, p. 73; Boxer, 1973, p. 191)

Neste artigo desenvolvemos o argumento de que o estudo da história ambiental do Brasil colonial pode se beneficiar de uma perspectiva que integre tanto os movimentos regionais quanto as relações entre Portugal e Brasil às dinâmicas da economia-mundo europeia (Braudel, 2009, p. 12-34). A proposta de investigar a dimensão espacial, e particularmente continental, da colonização portuguesa como parte do processo de formação e consolidação do capitalismo é, antes de uma novidade, a retomada de caminhos que foram negligenciados nos estudos sobre o Brasil colonial (Moraes, 2011). Para avançar em nosso argumento, nos colocamos diante de um triplo desafio: a) retomar alguns caminhos, já delineados há algumas décadas, de estudos dedicados a desvendar os elos entre a formação do capitalismo e a colonização da América (ou do Brasil em particular); b) perceber os limites de perspectivas nem sempre muito atentas à diversidade e complexidade das mediações entre capitalismo, formações sociais e meio ambiente; c) incorporar a contribuição de estudos que ignoram ou mesmo negam a natureza capitalista da exploração colonial.

Capital mercantil e economia-mundo europeia

O sociólogo Florestan Fernandes afirmou que “o capital mercantil tecia as redes que não deixavam escapar os peixes grandes e seu apetite era insaciável” e enfatizou que o “circuito de apropriação” do excedente econômico gerado pela mercantilização dos produtos colo-

¹ Capitâneas do Norte era como eram chamadas as capitâneas do Estado do Brasil situadas ao norte de Pernambuco: Paraíba, Rio Grande e Ceará. Em meados do século XVII estas foram incorporadas ao governo de Pernambuco com o estatuto de capitâneas anexas.

niais poderia ser mais bem compreendido no desdobramento do “negócio” como um todo e que a “parte substancial [...] se encontrava nos núcleos estrangeiros”. Entre o senhor de escravos, a Coroa, os negociantes da metrópole e os núcleos estrangeiros haveria, portanto, uma “superposição de formas de apropriação” (Fernandes, 1976, p. 21). Para o autor, a “economia de plantação colonial-escravista articulou, entre si, várias formas de produção subsidiárias e várias regiões da Colônia” e acrescentou que “em muitas dessas formas de produção, o trabalho escravo encontrava uma utilização meramente seletiva e segmentar” (Fernandes, 1976, p. 24). O esquema exposto por Florestan Fernandes possui uma lógica interna perfeita, lastreada por uma ideia de *totalidade* não comprometida com o estudo da diversidade de situações e contextos e sim com o desvendamento dos laços que permitiam a entrada de mercadorias e riquezas na “circulação engendrada pelo capital mercantil”. Essa circulação integrava a exploração escravista-colonial, a economia metropolitana, as economias comerciais hegemônicas e o mercado mundial (Fernandes, 1976, p. 21). A mesma noção de *totalidade* é empregada pelo historiador Fernando Novais, de maneira muito mais densa e fundamentada, para descrever a estrutura e a dinâmica do Antigo Sistema Colonial (Novais, 1995, p. 57-116). Novais não negou a existência de um mercado interno, a diversidade de atividades econômicas, a variedade de ambientes coloniais, de agentes sociais e de formas de exploração do trabalho. Ainda assim, para o autor, a economia colonial é essencialmente caracterizada pela produção de mercadorias para o mercado europeu com a exploração do trabalho escravo e é essa caracterização que define o lugar e o sentido que a colonização assumiu no processo de transição do feudalismo ao capitalismo (Novais, 1995, p. 70-72). No entanto, mais do que um mecanismo de drenagem de riquezas, o Antigo Sistema Colonial é definido como um fenômeno político de longa duração que só pode ser percebido em conjunto com os “os demais componentes que dão a conformação característica da Época Moderna” (Novais, 1995, p. 62). Dessa maneira, o autor situa historicamente a exploração colonial subordinada aos laços políticos e às relações de poder característicos do Antigo Regime (Novais, 1995, p. 63).

Os estudos históricos desenvolvidos nos anos e décadas seguintes aos trabalhos de Florestan Fernandes e de Novais revelaram a diversidade e a complexidade das dinâmicas da economia colonial. Esses estudos fragilizam alguns dos pressupostos que fundamentaram a análise sobre os vínculos estruturais estabelecidos entre exploração colonial, escravidão e capital mercantil. Em primeiro lugar, destacamos os estudos atentos à demografia da escravidão. Exemplarmente, o minucioso estudo de Schwartz sobre a “sociedade do açúcar” no Recôncavo baiano revelou a diversidade de atividades econômicas desenvolvidas com base na escravidão e a disseminação de pouco mais da metade da população escrava (53%) em unidades produtivas que contavam no máximo vinte escravos (Schwartz, 1988, p. 357-368). Ao comparar os índices da Bahia com estudos sobre São Paulo e Minas Gerais,

Schwartz concluiu que “a escravidão no Brasil se distribuía largamente entre a população livre, constituindo a base econômica da sociedade como um todo e em uma forma extremamente comum e acessível” (Schwartz, 1988, p. 357-368).

Em segundo, destacam-se diversos estudos sobre a formação de ambientes rurais que demonstraram o caráter mercantil e a significativa presença de mão de obra escrava na produção agrária voltada para o mercado interno. O estudo de Guimarães e Reis (1986), entre outros, revelou a importância do setor de produção agrícola de alimentos em Minas Gerais, em concomitância com a produção aurífera. Atividade que absorvia terras e escravos, destinados exclusivamente a estas atividades. Especificamente sobre a pecuária, há décadas já se demonstrou a presença de escravos africanos nas fazendas de gado (Gorender, 1978, p. 414-422; Mott, 1985, p. 71-92; Silva, 1997, p. 131-137), embora em diversas regiões e períodos seja possível perceber o predomínio do emprego do trabalho de indígenas, inclusive com a escravização (Santos, 2017, p. 235; Rolim, 2012, p. 62-63).

Em terceiro, destacam-se os estudos sobre as elites mercantis. Caio Prado Jr. já havia notado sua existência e importância. O autor afirmou que “o comércio é uma classe credora, que financia a grande lavoura. Senhores de engenho, lavradores, fazendeiros são seus devedores” que “oficialmente também, o negociante [...] está em pé de igualdade com as demais classes possuidoras”; percebeu a presença de “mercadores nas câmaras das vilas e cidades” e o fato de formarem “uma categoria reconhecida e oficialmente prezada, e nesta qualidade participavam dos conselhos da administração pública”, assim, “nas Mesas de Inspeção, criadas em 1751 [...] para superintenderem o comércio do açúcar e do tabaco, entravam os negociantes com dois representantes, ao lado de dois senhores de engenho e outros dois lavradores de tabaco”; ainda destacou o fato de o grupo mercantil ser formado fundamentalmente por “nativos do Reino” (Prado Jr., 1994, p. 295-297).

Diversos estudos destacaram a ascensão e consolidação de elites mercantis – justamente no período que recortamos para a nossa análise, as últimas décadas do século XVII e a primeira metade do século XVIII – na Bahia (Flory, Smith, 1978), Pernambuco (Mello, 1995, p. 123-187), Rio de Janeiro (Sampaio, 2001, p. 139-263). Essas elites controlavam o tráfego de escravos e de diversas outras mercadorias para o interior da América portuguesa, além de se beneficiarem de contratos para cobrança de tributos sobre a produção e circulação de mercadorias. Fragoso explorou minuciosamente a maneira como as cadeias de crédito e endividamento ligaram diversas regiões do Brasil colonial e possibilitaram que “a acumulação gerada no mercado interno, fosse, na verdade, em grande medida, retida por poucos negociantes abastados” (Fragoso, 1998, p. 255). Para Fragoso essa “hegemonia do capital mercantil” é constituída graças ao mosaico de espaços não capitalistas de exploração econômica, não suscetíveis às variações e não dependentes do mercado externo (Fragoso, 1998, p. 258-266). Mesmo a produção para exportação reiterava esses mecanismos, uma vez que

a elite mercantil era a fonte de crédito para as grandes plantações e o mosaico de formas não capitalistas de produção abastecia os grandes latifúndios de alimentos e de mão de obra a valores pouco afetados pelas dinâmicas do mercado externo (Fragoso, Florentino, 2001, p. 48-49). Para completar a caracterização desse capital mercantil como não capitalista, demonstra-se como as “famílias de negociantes (seja na primeira ou na segunda geração) abandonam o comércio para se limitarem a seus afazeres agroescravistas” (Fragoso, 1998, p. 368).

Concordamos com a advertência, recentemente reiterada por Fragoso (2017, p. 11) de que o sistema econômico que integrou o Brasil ao mercado atlântico é mais complexo do que “simples jogos de mercados”, mas a implicação lógica deste posicionamento não é o de negar os vínculos entre a esfera mercantil e a economia-mundo (Marquese, 2013, p. 245-246; Arruda, 2001, p. 171-172). Defendemos a ideia de que essas elites mercantis coloniais configuravam um elo (nada simples) na rede de trocas que integrava um amplo conjunto, ou um mosaico formado por diversos espaços, à economia-mundo europeia (Braudel, 2009, p. 285-286) por meio de redes interimperiais e transnacionais de comércio, formada por comunidades mercantis cosmopolitas (Elliott, 2006, p. 331-351). Embora as elites coloniais pudessem dominar o transporte de escravos entre África e Brasil, os negócios do tráfico eram bem mais complexos e inseriram essas elites em relações de comércio vinculadas à metrópole e que integravam holandeses, ingleses e franceses em redes que interligavam diversos pontos da economia-mundo (Verger, 2002, p. 27-71; Acioli, Menz, 2008). O ideal aristocrático dessas elites, sua inserção em uma sociedade de Antigo Regime, a pessoalidade nos tratos mercantis, o investimento em atividades menos lucrativas ou em bens que conferiam distinção social, entre outras características apontadas, são antes constituintes da natureza do capitalismo e expressão da sua vinculação à sociedade do que um atestado de “não capitalista” (Arrighi, 1996, p. 183).

Entre, de um lado, a negação dos vínculos entre a economia colonial e a formação do capitalismo e, de outro, as abordagens que tendem a simplificar ou a reduzir a complexidade das atividades econômicas coloniais, há um imenso campo de possibilidades. Propomos uma tentativa de síntese entre as abordagens expostas nos parágrafos anteriores e a perspectiva de Braudel sobre as dinâmicas do capitalismo no âmbito de uma economia-mundo europeia. Braudel explora a forma como o “jogo das trocas” coloca em rede os mais diversos mercados e espaços geográficos, desde os ambientes coloniais até os centros financeiros europeus. Explorar a perspectiva braudeliiana sobre a relação entre o capital e a economia de mercado implica investigar a maneira como o capital penetra, estimula ou direciona as mais diversas atividades econômicas que integram as cadeias mercantis (Braudel, 2009, v.2, p. 285-286; Arruda, 2001, p. 171-172).

Autores de referência para os estudos do “capitalismo histórico” reconhecem que há espaço para debate, questionamento e aprofundamento de seus modelos de análise

(Wallerstein, 2011, p. xvii-xviii; Arrighi, 1996, p. 26). Arrighi, em particular, afirma ter explorado apenas “a lógica da camada superior” e reconhece que “daí decorre que nossa construção é parcial e meio inconclusiva” (Arrighi, 1996, p. 26)

A estratégia para colocarmos nossa proposta de análise à prova é estudar os meandros da *espacialização* de ambientes coloniais – tais como roças, fazendas, engenhos, currais, pousos, portos, arraiais, vilas, caminhos etc. As espacializações coloniais emergiram estreitamente vinculadas, como iremos demonstrar, às dinâmicas da economia-mundo europeia, mas não podem ser reduzidas a elas. Neste sentido a dimensão ambiental integra as espacializações não como efeito das dinâmicas do capitalismo, mas nas intersecções, complexas e contraditórias, entre as diversas dimensões que compõem a *totalidade* (Braudel, 2009, v. III, p. 7-9) do processo de formação de ambientes coloniais na América.

As fazendas de gado nas Capitânicas do Norte e no Ceará Grande

A colonização nas Capitânicas do Norte do Brasil colonial (Alveal, Dias, 2000, p. 13), após a expulsão dos neerlandeses, na segunda metade do século XVII e primeiros anos do século XVIII, avança rapidamente com o gado bovino, um agente dinâmico do espalhamento para o interior do continente da biota portátil (Crosby, 2012, p. 88) que os europeus trouxeram para a América. O gado ocupou terras consideradas não aptas para o plantio da principal *commodity* da América portuguesa, a cana-de-açúcar. Tal avanço para o interior, nas décadas finais do século XVII, se deu através das rotas há muito investigadas por Capistrano de Abreu, os sertões de dentro e os sertões de fora, estes com as investidas a partir do Recife acompanhando rotas mais próximas ao litoral até alcançar e adentrar a ribeira do Jaguaribe, na Capitânia do Ceará Grande, aqueles com as investidas a partir do São Francisco até alcançar o rio Parnaíba, no Piauí (Abreu, 1907, p.131).

Alfred Crosby argumentou sobre a criação de neoeuropas por parte dos colonos europeus e toda uma “biota portátil”, que consistia em animais de pequeno porte como porcos e ovelhas, de grande porte como o gado *vacum* e cavalos, além de roedores, plantas e germes. Espécies invasoras extremamente competitivas, que, no Novo Mundo, por conta dos processos evolucionários distintos, encontraram facilidade de expansão e uma excelente adaptação. Nesse processo, religavam com violência o que as fissuras da Pangeia haviam apartado há milhões de anos. Crosby, entretanto, afirmava que as maiores transformações e as maiores adaptações na implantação e transplantação dessas colônias neoeuropeias havia se dado nas regiões temperadas, com condições de latitudes e temperaturas semelhantes às da Europa. Desse modo, as regiões tropicais permaneceriam como “fáceis de alcançar, mas difíceis

de agarrar”, e, malgrado o domínio político dos colonizadores nessas “zonas tropicas”,² permaneceriam estas regiões predominantemente marcadas pela presença dos grupos autóctones ou mestiços (Crosby, 2012, p. 139). Elinor Melville se contrapõe a Crosby mostrando como o vale del Mezquital, ao norte de México-Tenochtitlan, sofreu uma verdadeira revolução ambiental por conta das escolhas feitas pelos espanhóis no século XVI. Primeiro, com a mortandade causada pelas sucessivas epidemias até a ocorrência da “grande Cocolistle”³ na década de 1570, concorrendo para a drástica queda demográfica dos grupos otomis, posteriormente, com a substituição das práticas horticuloras intensivas pela presença sem precedentes de um número exacerbado de ovelhas e a instalação das estâncias espanholas no vale. Melville salienta que quando os ungulados⁴ se depararam com as excelentes pastagens, se reproduziram de forma acelerada e, como consequência, se deu uma rápida erosão dos solos e a substituição de uma paisagem, antes caracterizada pela horticultura, pelo avanço de espécies vegetais como cactos, magueis e mesquites, características do semiárido. Por conseguinte, estava montado o cenário da estigmatização das paisagens dos vales do norte do México como semiáridos quase que desérticos, e de seus habitantes, como os otomis e os chichimecas, como selvagens caçadores e coletores (Melville, 1997, p. 24-59). Nas Capitânicas do Norte, como no norte do México, as escolhas efetuadas pelos portugueses seguramente tiveram consequências ambientais pouco mensuradas. O gado adentrou facilmente através dos leitos e dos vales dos rios, resultando em lutas entre os indígenas e os adventícios na construção de um novo espaço para a colonização, as *ribeiras*, ricas em vegetações propícias à sua alimentação, principalmente espécies coriáceas presentes nos descampados. Igualmente, as áreas de salinas e barreiros de sal, os lambedouros, auxiliaram na escolha do modelo empreendido pelos portugueses. O gado passou a ser criado em espaços abertos e vastas regiões num modelo de pecuária extensiva que, afastado das zonas litorâneas, criou caminhos e veredas entre dois grandes espaços da América portuguesa, o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Se possuímos ainda poucos elementos para mensurar os impactos da pecuária extensiva na transformação ambiental da paisagem da *Caatinga*, podemos, entretanto, atentar para as impressões de uma série de cronistas e agen-

² Obviamente o “Trópico” é também uma construção histórica e a sua relação como constituinte e determinante de aspectos ambientais é construída no tempo. Para uma crítica a essas definições em Crosby, ver Braga (2019).

³ A Grande Cocolistle foi o nome atribuído a uma série de epidemias que devastou a Nova Espanha principalmente entre 1576 e 1581, depois seguida por ressurgências epidêmicas a cada década até a população indígena estabilizar-se por volta de 1621.

⁴ Os ungulados são uma superordem de animais com casco, que compreendem cavalos, bois, ovelhas e porcos, aqui, uma característica que destacamos é sua grande capacidade de adaptação e velocidade de reprodução, diante de uma vegetação e ambiente que lhes sejam favoráveis. Melville destaca que num primeiro estágio diante de tal cenário favorável a taxa de mortes é baixa, novas gerações se reproduzem e a curva de população cresce rapidamente, pressionando o ambiente.

tes coloniais sobre algumas características adversas desse ambiente no princípio da colonização. Em finais do século XVI, Gabriel Soares de Souza, ao referir-se ao *umbu*, relata: “dá-se esta fruta ordinariamente pelo sertão, no matto que se chama *cátanga*, que está pelo menos afastado vinte léguas do mar, que é terra seca de pouca água onde a natureza criou a estas árvores para remédio da sede que os índios ali passam (Souza, 1925, p. 212-213). O padre Luís Figueira, que em 1607 integrou uma frustrada expedição, asseverou que o caminho por terra que do Ceará alcançaria o Maranhão era o “mais estéril [...] que há no estado do Brasil.”⁵ Não apenas as adversidades foram marcantes. As expectativas de encontrar “outro Peru” nos sertões da América portuguesa pululavam nas mentes e na imaginação geográfica (Hollanda, 2000, p. 102). À medida que o conhecimento prático sobre as terras interiores avançou, desfizeram-se os sonhos de riquezas minerais e os contatos com os indígenas ensejaram projetos de escravização e de *descimento* dos povos que percorriam a região. Projetos frustrados pelas derrotas frente aos indígenas, ainda na primeira década do século XVII. Entre os anos 1637 e 1654, durante a presença neerlandesa na capitania, a costa do Ceará Grande foi novamente alvo de expedições. Investigou-se o sal, o âmbar e, posteriormente, principalmente depois de 1649, houve também algumas malsucedidas incursões em busca de prata, além da exploração do trabalho indígena por parte dos batavos. Mas seriam os anos após a expulsão neerlandesa e todo o rearranjo *post-bellum* que impulsionaria o avanço para novas terras para exploração de outras atividades para além da cana-de-açúcar (Mello, 2007, p. 317-373; Silva, 2003, p. 216).⁶ Assim, por um lado, as impressões e os relatos compõem uma visão parcial sobre o mundo natural, eivada pelos interesses da colonização, a classificação do ambiente em razão das riquezas e potencialidades a serem exploradas. Por outro lado, os historiadores ambientais lidam com a difícil tarefa de observar o que Donald Worster denominou como os três “níveis” da história ambiental, quais sejam, uma história dos ambientes naturais, de sua formação propriamente dita, uma história da técnica, dos modos de interagir e se relacionar com a base material desse mesmo mundo natural e, por fim, uma história das ideias, valores, ideologias e percepções sobre o mundo natural (Worster, 1991, p. 202). É certo que estes níveis estão intimamente conectados. Desse modo, o fazer-se dessa história ambiental é ancorado em uma perspectiva dialética atenta à inseparabilidade de construtos como “natureza” e “cultura”, e não deixa de refletir sobre as bases materiais de um mundo não humano, nem sempre apreensível pelas ideias e percepções das sociedades humanas.

⁵ Carta de Luiz Figueira. Relação do Maranhão. *Revista do Instituto do Ceará* (Fortaleza). Ano XVII, p. 139, 1903.

⁶ Oficialmente a capitania do Ceará foi parte do Estado do Maranhão até 1656, quando nos rearranjos de recolonização no *post-bellum* passou a fazer parte do Estado do Brasil, sendo então anos depois subordinada à capitania de Pernambuco como capitania anexa. O estatuto de capitania autônoma acabou ocorrendo somente em janeiro de 1799, então, com a possibilidade de comércio direto com o reino.

A constituição de imensos rebanhos de gado e de um complexo produtivo, comercial e de transformação nas Capitâneas do Norte se deu graças a capacidade de adaptação e mobilidade de um agente não humano, o gado bovino, em um ambiente muito diferente do seu *habitat* de origem. O gado passou a compor paisagens, outrora forjadas nas dinâmicas e transformações oriundas das interações dos grupos indígenas com o ambiente, marcando o meio ambiente com suas agências, historicidade e necessidades, moldando e atribuindo nomes e sentidos aos animais, plantas e acidentes naturais (Cronon, 1983, p. 25-40). Mormente, nos interiores das Capitâneas do Norte essas paisagens tinham as marcas históricas dos grupos Macro-Gê, denominados genericamente de *tapuias*. O regime de chuvas – marcado por um período fortemente chuvoso nos primeiros meses do ano e um longo período de estiagem, durando normalmente oito meses – fez com que nos últimos 10 mil anos, no final do Pleistoceno, a densa floresta tropical cedesse lugar a uma vegetação adaptada: as folhas caem nos meses secos, e em seu lugar, para evitar perda de umidade, coevoluiram espécimes com espinhos, as xerófitas, e espécies coriáceas, como xique-xiques, mandacarus e cactos, além dos umbuzeiros, juazeiros e angicos. Assim, no lugar da floresta densa, de bosques, característica de outras florestas tropicais na América do Sul, emergiu um tipo de floresta caracterizada como tropical seca sazonal, principalmente arbustiva-arbórea. Nessa formação histórico-geológica, os solos possuem base cristalina, quase 70% deste espaço de formação do período Proterozoico, e de bacias sedimentares, estes correspondendo por volta de 30%, com formação entre os períodos Paleozoico e Mesozoico (Silva, Leal, Tabarelli, 2017, p. 6-7). Os grupos indígenas chamaram essa floresta de Caatinga, a mata branca, justamente pelo aspecto esbranquiçado e ressequido que apresentava no período das estiagens. É certo que há relatos sobre as migrações dos grupos indígenas do tronco Macro-Gê para o litoral e para as serras úmidas nos períodos de estiagem antes do adensamento do processo de colonização (Stuart Filho, 1963), mas tais relatos sobre os efeitos mais violentos das estiagens se adensam principalmente em fins do século XVIII, com o progressivo aumento das fazendas de gado e o crescimento da população, onde se registram secas que chegaram a durar mais do que os oito meses habituais, e chegou-se a registrar nos relatos coloniais períodos de seca de até três anos, como as dos anos 1777-1779 e 1791-1793, dizimando parcela considerável do gado, causando mortes e impelindo migrações. (Alves, 1953, p. 30).⁷

Embora a criação fosse extensiva na América portuguesa, com o gado avançando pelas ribeiras e vales férteis, eram necessárias intervenções humanas que acarretavam transformações importantes no ambiente. O terreno para o gado era preparado retirando-se a ve-

⁷ Sobre a seca de 1791, ver também Felipe (2020). Posteriormente, na década de 1840, as percepções na transformação radical da paisagem e a sensibilidade na mudança no clima da Província passam a ser objeto de estudo de intelectuais do Império, como Thomaz Pompeu de Souza. Ver Oliveira (2020).

getação considerada sem valor e não palatável, deixando somente as árvores de ramas comestíveis e semeando capins e leguminosas, esse processo era executado com uso sistemático do fogo, esperando que as cinzas deixadas enriquecessem o solo, entretanto, com isso o solo ficava cada vez mais exposto, provocando maior possibilidade de erosão e reduzindo sua permeabilidade (Felipe, 2020, p. 52).⁸ No início do século XIX, o ilustrado Antonio José da Silva Paulet, ajudante de ordens do governador Manuel Inácio de Sampaio, apontava as atividades humanas nas raízes das mudanças climáticas da capitania, afirmava que “a nova face, que a população e a cultura tem dado ao terreno; o mal entendido sistema em agricultura de derrubar todas as matas para semearem novos terrenos, aonde há lavouras [...] tem dissipado muitos princípios de humidade e acarretado uma quase não interrompida série de anos secos” (Paulet, 1898).⁹ O avanço do gado partiu principalmente do Estado do Brasil, afastando-se das zonas açucareiras e ocupando o sertão entre os rios Parnaíba e São Francisco. Já em 1687, quando o sertanista João Velho do Valle é incumbido pelo capitão-mor Gomes Freire de Andrade de encontrar um caminho para a Bahia, caminho este que finalmente ligaria o Estado do Maranhão e Grão-Pará ao Estado do Brasil – o sertanista relata que havia encontrado grupos indígenas que se afastavam daquelas paragens dos sertões do Estado do Brasil por conta do avanço sistemático do gado e da criação dos currais nas ribeiras que adentravam aqueles sertões.¹⁰ Em 1711, o jesuíta André João Antonil, relatava que

os rios de Pernambuco que, por terem juntos de si pastos competentes estão povoados com gado (fora o rio Preto, o rio Guaraíra, o rio Iguassu, o rio Corrente, o rio Grarignae, a Lagoa Alegre, e o Rio de São Francisco, da banda do Norte) são o rio de Cabaços, o Rio de São Miguel, as duas Alagoas com o Rio do Porto do Calvo, o da Parahiba, o dos Kariris, o do Açú, o do Podi, o de Jaguaribe, o das Piranhas, o Pajauí, o Jacaré, o Kanindé, o de Parnahiba, o das Pedras, o dos Camarões e o Piagui. Os currais desta parte hão de passar de oitocentas léguas; e de todos estes vão boiadas para o Recife, e Olinda, e suas vilas, e para o fornecimento das fábricas dos engenhos desde o Rio de São Francisco até ao Rio Grande: tirando os que acima estão nomeados desde o Piauí até a barra de Iguassú, e de Pernagna, o rio Preto; porque as boiadas destes rios vão quase todas para a Bahia, por lhes ficar melhor caminho pelas Jacobinas, por onde passam, e descansam

⁸ Ver também Duque (2004).

⁹ Esse era um aspecto de preocupação difundido entre os ilustrados coimbrões em finais do século XVIII, principalmente a partir da teoria do dessecamento, desenvolvida a partir de observações de Stephen Halles, Buffon e Duhamel du Monceau. Ver Pádua (2000).

¹⁰ 1687 - Outubro, 11, Lisboa. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei Dom Pedro II sobre o governador do Maranhão, Gomes Freire de Andrade, a dar conta do descobrimento, por João Velho do vale dos rios Munim e Itapecuru. Anexo: carta e relação da jornada. AHU ACL CU 009 cx. 7, doc. 781.

as que às vezes vem de mais longe. Mas quando nos caminhos, se acham pastos, porque não faltaram as chuvas, em menos de três meses chegam as boiadas à Bahia, que vem dos currais mais distantes. Porém se por causa da seca forem obrigados a parar com o gado nas Jacobinas: aí o vendem os que o levam, e aí descansa seis, sete e oito meses, até poder ir à cidade” (Antonil, 1837, p. 199).

Antonil estimou que somente nas proximidades do rio Iguassú haveria mais de trinta mil cabeças de gado. Nos sertões da Bahia, “se tem por certo, que passam de meio milhão, e mais de oitocentos mil hão de ser as da parte de Pernambuco”. Complementando que

assim como há currais no território da Bahia, e de Pernambuco, e de outras capitânias, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças: assim há fazendas, a quem pertencem tantos currais, que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil, e mais de vinte mil cabeças de gado; donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição, e multiplicação do mesmo gado, e aos pastos, assim nos sítios como também nos caminhos” (Antonil, 1837, p. 200).

Na Capitania do Ceará Grande, esse avanço sistemático para o interior pode ser percebido por meio dos pedidos de sesmarias, que ocorrem na década de 1680, quando Manuel Abreu Soares e seus filhos, todos residentes na Capitania do Rio Grande, afirmam que “os mais deles tinham servido a Sua Alteza em paz e em guerra com pessoas e fazendas e eram pessoas beneméritas de cabedal para povoarem e descobrirem terras assim no sertão como a beira mar da dita capitania”, afirmam ainda que “nas ultimas povoações do Rio Grande para a banda do norte havia um rio que se chamava Jaguaribe o qual nunca fora povoado de brancos e dado caso que algumas pessoas o pudessem não fizeram as povoações no termo da lei e estão as terras devolutas” e pediram que “lhes fizesse mercê dar de sesmaria [...] cinco léguas de terra em quadra para cada um dos companheiros, a qual terra se começa a medir e encher na barra do rio para o sertão tanto de uma e de outra parte do dito rio enchendo se os lugares as léguas e mais léguas donde a terra fosse capaz de ser povoada”.¹¹ Em finais do XVII, a Coroa portuguesa criou uma série de mecanismos em relação às distribuições de sesmarias, como o estabelecimento do tamanho, a cobrança de foros anuais, a necessidade de demarcação por parte dos sesmeiros e ainda distribuiu alguns privilégios,

¹¹ Registo da data e sesmaria de Manoel de Abreu Soares e seus companheiros, a primeira do Jaguaribe da barra ao Boqueirão da Cunha, concedido pelo mestre do Campo e Governador geral do Brazil, Roque da Costa Barreto, em 23 de janeiro de 1681, às folhas 57v. do Livro 1 das sesmarias, 3º da collecção. In: Arquivo Público do Estado do Ceará (org.). Datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. Fortaleza: Expressão Gráfica; Wave Media, 2006. 2 CD-ROM. (Coleção Manuscritos/Arquivo Público do Ceará, v. 3.)

como a ausência da necessidade de pagamento de foros por parte de integrantes dos grupos de paulistas que haviam lutado na *Guerra dos Bárbaros* contra os grupos indígenas (Alveal, 2015, p. 256-257).

Eram quinze os requerentes “companheiros” de Abreu Soares. Nos anos subsequentes, já na primeira década do século XVIII, os requerimentos de sesmarias já miravam as nascentes do rio Jaguaribe, no chamado Sertão dos Inhamuns, nas proximidades dos sertões da Capitania do Piauí. Em 1708 o capitão Antonio Esteves, e um companheiro, requerem três léguas de terras,

posto que tem seus gados assim vacuns como cavalaes sem terem terras em que os possa acomodar e como de presente estão descoberto e estão devolutas e desaproveitadas como seja um riacho que está de parte de dentro dos boqueirões dos Inhamuns e porque está a mão direita indo da ribeira de baixo para cima das ilhargas da data do capitão Nicolau Fiuza as quais terras querem eles suplicantes povoar e cultivar com os ditos seus gados e mais criações para aumento dos dízimos.¹²

Anos depois, terras – com recursos de água e pastagens naturais para as criações – continuavam a ser demandadas. Na transformação das espacialidades e paisagens indígenas em um novo espaço, constituído pelos caminhos do gado, emergem a organização por meio das *ribeiras*. No registro da data de Cosme Ferreira e Francisco Ferreira, os suplicantes afirmam que possuem gados vacuns e cavalaes,

e não tem terras em que os podem criar; e porque de presente tem descoberto no pé de uma serra que faz entre o riacho do Bastião e dos Camaleões nas cabeceiras de uns riachos aos quais o gentio chama em sua língua a um *Loucuncelle* e ao outro *Nanraniouou*, e os brancos o riacho dos Tabuleiros e o outro das Pitombeiras nos quais há uns olhos de águas e alguns poços pelo pé da dita serra abaixo, e pelo riacho dos Tabuleiros acima, e pelo das Pitombeiras abaixo buscando o norte.¹³

A sobreposição dos nomes de rios atribuídos pelos “gentios” e pelos “brancos” longe de demonstrar uma coexistência pacífica, ilustram os embates entre colonizadores e indígenas pelos recursos naqueles sertões. Por volta de 1704, João de Lencastre, governador de Per-

¹² Data de sesmaria do Capitão Antonio Esteves e seu companheiro, de três léguas de terra em um riacho que fica dentro dos boquerones das Inhaúmas, nas ilhargas da data do capitão Nicolau Lopes Fiuza, concedida pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago, em 31 de janeiro de 1708, às folhas 90v à 92 do Livro das sesmarias. In: Arquivo Público do Estado do Ceará (2006).

¹³ Data e sesmaria de Cosme Ferreira e seu companheiro, de três léguas de terra em um olho d'água que fica entre os riachos dos Tabuleiros e das Pitombeiras, concedida pelo capitão-mor Manoel da Fonseca Jayme, em 6 de setembro de 1717, às folhas 60v. à 61 do Livro das sesmarias In: Arquivo Público do Estado do Ceará (2006).

nambuco, observava a necessidade da criação do cargo de coronel de cavalaria da ribeira do Jaguaribe, investindo para tanto Gregório de Brito Freire. O coronel iria cobrir com suas atividades uma área desde o rio Choró até o rio Assu, já na Capitania do Rio Grande. Lencastre argumentava que isso se fazia necessário para o melhor aumento das freguesias do sertão e diante dos relatos que ouvia sobre os embates e confrontos com os Paiaçu, afirmava que isso se fazia uma necessidade porque esta área era a mais “invasa e assaltada do gentio bárbaro que por aqueles contornos o habita”.¹⁴

O processo de espacialização de ambientes coloniais nos sertões após a *Guerra dos Bárbaros*, sob a pata do boi e com a força militar, resultou na fundação de duas vilas na Capitania do Ceará Grande. A primeira, a Vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó, em 1738, localizada no entroncamento dos caminhos do gado, num importante afluente do rio Jaguaribe no sul da capitania, o rio Salgado, e a segunda, a fundação da Vila de Santa Cruz do Aracati, na barra do rio Jaguaribe, ancorada como “porto do sertão”, fundada em 1748. Em meados do século XVIII, a Capitania do Ceará Grande registrava 61.408 habitantes e computava 972 fazendas de gado (Menezes, [1766] 2003).

O gado, os mercados e as fronteiras do comércio

Até a década de 1740, o gado dos sertões do Ceará precisava necessariamente percorrer um longo caminho até o litoral de Pernambuco ou para a região do vale do São Francisco para ser comercializado (Rolim, 2012, p. 68; Nogueira, 2021, p. 236). Nessas praças, o gado do Ceará misturava-se ao das demais Capitanias do Norte, compondo os circuitos mercantis sertanejos que ligavam diversas regiões criadoras (Jucá Neto, 2007, p. 182).

No final do século XVII e princípio do século XVIII, a demanda das Minas Gerais desestabilizou o abastecimento de carne nos ambientes coloniais de vilas litorâneas, em especial Salvador (Santos, 2017, p. 104-105) e fomentou a expansão de currais já mais próximos da região das Minas, ao longo de toda a primeira metade do século XVIII. Já havia fazendas de gado no vale de Paracatu e do rio São Francisco mesmo antes dos descobrimentos auríferos (Santos, 2017, p. 63; Carrara, 2007a). Muitas delas fundadas justamente por paulistas que lutaram nas guerras contra os indígenas (Santos, 2017, p. 59-93). Além do gado em pé, entravam nas Minas, pela estrada da Bahia e do Rio São Francisco, as *fazendas sertanejas*, “sal dos currais, ceras, solas, sabão, couros e peixes” (Carrara, 2007b, p. 126).

¹⁴ Ant. A 1704, Outubro, 23, São José de Ribamar requerimento do coronel Gregório de Brito Freire ao juiz ordinário do Ceará, Domingos Pereira da Silva a pedir alvará de folha e que os escrivães falem de todas as culpas que dele tiverem. Anexo certidões. AHU_ACL_CU_006, Cx1, Doc. 51.

A partir da década de 1740, no Aracati, se estabelece um porto que passa a dirigir boa parte do comércio da Capitania do Ceará. Ali era feita a salga e a produção da carne-seca com uso de trabalho indígena, a princípio, e posteriormente também com trabalho escravo africano (Rolim, 2012, p. 124; Oliveira, 2006). Seja por Aracati, via navegação de cabotagem, ou pelos sertões das Capitânicas do Norte, a criação de gado no Ceará interligava-se com o comércio interior e com os principais portos exportadores, com destaque para Recife (Dias, 2018, p. 8; Melo, 2017, p. 588).

Além da carne, o couro encontrou uma demanda em expansão no mercado colonial e no mercado europeu. Antonil estimou que, para o começo do século XVIII, foram enviados para Portugal 110 mil meias peles, 50 mil pela Bahia, 40 mil por Pernambuco e 20 mil pelo Rio de Janeiro (Antonil, 1837, p. 205). Já a partir de 1713 os registros de exportação apontam para a regularidade e a crescente importância do couro para exportação (Pinto, 1979, p. 205-211). A frota da Bahia de 1745 levou 74.920 meios de sola e 11.925 couros em cabelo (Carrara, 2009, p. 95). Nas frotas de 1749 registrou-se a exportação, pelo porto do Recife, da significativa quantia de 98.226 meios de sola, 37.360 unidades de couro curtido (“de atinado”), 16.551 couros “em cabelo” e do Rio de Janeiro saíram 41.305 unidades de “couros de cabelo” e 4.726 meios de sola (Arruda, 2001, p. 199-200). Para além da quantidade, os dados mais detalhados de 1749 permitem perceber o tratamento que o couro recebia antes de ser exportado por Recife o que implicou significativos investimentos em capital fixo e mão de obra (Dias, 2018, p. 19). Dados de 1776 registram a exportação de 229.065 couros de Portugal para outros mercados dos quais se destaca o italiano com 151.649 para Gênova, 46.329 para a Holanda e 26.720 para a França e apenas com 1.023 para a Inglaterra (Pinto, 1979, p. 207).

O couro também foi componente importante para a exportação de tabaco. O tabaco era vendido em rolos, cada um deles recoberto por uma meia pele de gado. Por volta de 1710, uma meia pele custava 1.300 réis, correspondendo a cerca de 18% do custo de produção do rolo de tabaco de oito arrobas. As cifras do comércio do tabaco são bem conhecidas (Nardi, 1996, p. 108-109). Mais de 9,7 milhões de arrobas de tabaco foram exportadas na primeira metade do século XVIII, cerca de 2,4 milhões entre a Bahia e a Costa da Mina e 7,3 milhões entre Brasil e Portugal. Portanto, mais de 1,2 milhão de meias peles foram destinadas apenas para esse comércio (Nardi, 1996, p. 366-394).

A vinculação da pecuária às demandas do mercado europeu, seja na exportação direta de derivados, seja servindo para sustentar a produção de ouro, açúcar e tabaco é, portanto, evidente. Poderíamos, assim, alinhar nossa interpretação à noção de *commodity frontier*, de Jason W. Moore (2000), e aplicada pelo autor para analisar a indústria da cana-de-açúcar nas Américas, sua cadeia produtiva e os profundos impactos ambientais, entre os séculos XVI e XIX. Moore parte da noção de *commodity chain* (Hopkins, Wallerstein, 1986) e da perspectiva do sistema-mundo capitalista (Wallerstein, 2011). Ao analisar a “cadeia do açú-

car” (Moore, 2000, p. 410) o autor cita a criação de gado como parte do “complexo de atividades econômicas” que a *fronteira do açúcar* colocou em movimento (Moore, 2000, p. 427). Por analogia, podemos pressupor o mesmo lugar para o gado na *fronteira do ouro* ou mesmo na *fronteira do tabaco*. Poderíamos ainda defender a relativa autonomia da *fronteira do gado* e sua posição de destaque para além de compor, de forma subsidiária ou acessória, algum “complexo”. É possível expor de forma gráfica como a expansão da *fronteira do gado* na América garantiu o crescimento da produção de derivados de couro na Europa¹⁵ e, portanto, que, mais uma vez, a periferia arcou com os custos ambientais da indústria capitalista, demonstrando que “periferialização” não é marcada apenas pela desigualdade nas trocas comerciais e na divisão internacional do trabalho, mas também pela “troca ecológica desigual” (Moore, 2000, p. 426).

Escolhemos, contudo, um caminho diverso para prosseguir a análise sobre as relações entre a pecuária e as dinâmicas do capitalismo. Nossa proposta é compreender o impressionante avanço dos currais como expressão da *continentalidade* que as redes de comércio assumiram no período entre as últimas décadas do século XVII e as primeiras décadas do século XVIII. A apreensão dessa *continentalidade* exige estudos mais detidos sobre a formação de ambientes rurais e suas relações com o comércio nas mais diversas escalas e, principalmente, atenção às formações sociais e às relações de poder estruturadoras da economia colonial.

O estudo do período entre as últimas décadas do século XVII e o final da Guerra dos Sete Anos (1763) é fundamental para compreender o declínio holandês e o triunfo inglês na luta pelo posto de centro financeiro hegemônico da economia capitalista (Wallerstein, 1996, p. 76-77; 276-277; Braudel, 2009, p. 246-251; Arrighi, 1996, p. 147). Arrighi destaca a dimensão territorial do “terceiro ciclo sistêmico de acumulação”, o britânico: “a supremacia inglesa baseou-se numa síntese harmoniosa da lógica territorialista de poder (TDT) com a capitalista”. Portugal e seus territórios coloniais estiveram profundamente integrados ao processo de ascensão do “império comercial inglês” (Arrighi, 1996, p. 203-204). Como contextualizou Novais, a consolidação da Restauração portuguesa de 1640 dependeu de alianças com a In-

¹⁵ Embora tenhamos mostrado alguns dados de exportação para a primeira metade do XVIII, é na segunda metade que os vínculos entre a manufatura/indústria europeia de derivados de couro e a pecuária no Brasil colonial ficam mais evidentes. Das exportações de Pernambuco (por onde escoava grande parte da produção do Ceará) é possível perceber que, durante a década de 1770, a preferência pelo couro cru no mercado internacional faz despencar a exportação de couro curtido (Melo, 2017, p. 184, 427-428). Além do mercado italiano, principal destino das reexportações portuguesas, tanto a demanda inglesa quanto a francesa eram supridas pelos couros da América do Sul. No caso da França, entre 1787-89, 61% do couro importado vinha da América, 13% diretamente das colônias francesas e 48% de reexportações portuguesas (24%) e espanholas (24%), enquanto o abastecimento inglês era garantido graças ao comércio britânico com Buenos Aires (Riello, 2008, p. 87). Esses dados, já das últimas décadas do século XVIII, incorporam a vertiginosa evolução dos rebanhos vacunos no Rio Grande e a integração da região à economia platina (Menz, 2009, p. 167-173).

glaterra que custaram “enormes vantagens comerciais aos ingleses, por proteção política” (Novais, 1995, p. 23). O Tratado de Methuen, em 1703, foi apenas um capítulo de uma história de acordos comerciais que datava desde 1642 (Novais, 1995, p. 22-43). A “matriz comercial” para a supremacia inglesa foi justamente o comércio atlântico (Arrighi, 1996, p. 203). Os tratados com Portugal, as vitórias contra os holandeses, o domínio de territórios coloniais na América e de rotas do tráfico de escravos, permitiram aos ingleses instituírem as bases para a “expansão terrestre continental’ dos dois séculos seguintes e a incorporação da América, Índia, Austrália e África na economia mundial capitalista centrada nos britânicos” (p. 203).

O caráter continental que as conquistas portuguesas adquiriram na América na primeira metade do século XVIII estão, portanto, em sincronia com a intensificação das relações de comércio, da colonização e da escravidão por parte das principais potências em ascensão no período, a Inglaterra e a França. A expansão da pecuária no Brasil colonial articulou-se a esse quadro, mas não respondeu espasmodicamente às dinâmicas externas. Neste ponto fazem-se pertinentes as críticas de Dale Tomich, ao afirmar “Wallerstein propõe um ‘sistema histórico’ que não tem história” (Tomich, 2011, p. 36). Tomich propõe uma abordagem que explore “a totalidade complexa, multidimensional e estruturada das relações” de modo a revelar a “heterogeneidade espacial e temporal da economia mundial capitalista” (Tomich, 2011, p. 36). Como afirmou o próprio Arrighi, “a lógica da camada superior tem apenas uma relativa autonomia das lógicas das camadas inferiores e só pode ser plenamente compreendida em relação a essas outras lógicas”. Tratar da totalidade do movimento “exige que tornemos a descer para explorar as camadas inferiores, da economia de mercado e da vida material, com os conhecimentos e indagações trazidas da viagem que este livro empreende pela camada superior” (Arrighi, 1996, p. 26). Descer às camadas da vida material e das trocas mercantis significa explorar a natureza da espacialização da economia-mundo e compreender a complexidade que amarra a diversidade de espaços e tempos às malhas das cadeias mercantis. A ponderação de Arrighi nos permite pensar em uma ideia de totalidade diferente da empregada pelos autores anteriormente citados. Trata-se da totalidade expressa nos estudos de Fernand Braudel que, mesmo ao privilegiar o estudo da economia, o fez de forma a integrá-la às diversas dimensões da experiência humana e à variedade de escalas e dinâmicas espaciais e temporais.

Pecuária, continentalidade da exploração capitalista e meio ambiente

A expansão da pecuária na Capitania do Ceará Grande ganha profundidade histórica quando relacionada às dinâmicas da economia-mundo europeia. O estudo sobre a *continentalidade* que a exploração colonial e mercantil assumiu entre 1680 e 1750 pode revelar elementos pouco explorados sobre a dimensão ambiental da história da expansão da econo-

mia-mundo europeia para o interior do continente americano. O avanço da pecuária no período contribuiu decisivamente para instituir as bases para a contínua incorporação de amplos territórios aos domínios coloniais e às redes mercantis. O comércio de derivados bovinos interligou uma diversidade de espaços-tempo, mas a dimensão ambiental do avanço do gado no interior do Brasil colonial não pode ser plenamente compreendida apenas à luz da demanda de mercadorias para o mercado europeu.

Nas regiões fronteiriças da bacia do Prata, Tape e Guairá, as missões jesuíticas introduziram a criação de gado na região. O gado se espalhou antes mesmo do desmantelamento das missões jesuíticas na margem oriental do rio Uruguai na primeira metade do século XVII, em meio às dinâmicas do tráfico de escravos indígenas (Alencastro, 2000, p. 194; Monteiro, 1994, p. 68-79). Uma imensa quantidade de gado bovino se tornou parte da paisagem e o que era inicialmente uma criação doméstica tornou-se selvagem e se espalhou pelos campos de pastagens naturais. A fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, justificada por fatores geopolíticos e comerciais, também foi uma empresa animada pela “exploração dos rebanhos *cimarrones*” (Moraes, 2011, p. 393-394). A Coroa portuguesa não demorou a implantar o quinto dos couros, em 1699 (Prado, 2002, p. 48-49; Hameister, 2002, p. 115). Do “tempo das coureadas” entre 1680 e 1720, passou-se para o “tempo das condutas das tropas” com a interligação, por terra, de Sacramento à Vila de Laguna (Hameister, 2002, p. 129-130) e o estabelecimento da criação de gado no interior do “Continente do Rio Grande”, o que provocou a migração de lagunenses para a região dos Campos de Viamão, a partir de 1730 (Kuhn, 2006). Aos interesses das elites locais, dos comerciantes (autorizados pelos contratos e os contrabandistas ingleses e franceses que atuavam na região) somava-se à geopolítica portuguesa (Prado, 2002, p. 40-41) e ao fato das disputas entre os impérios coloniais na América terem adquirido nítida continentalidade no período entre 1680 e 1750 (Rosa, 2003, p. 45). O conhecimento sobre o ambiente era fundamental para todos esses interesses. É exemplar o fato de um dos principais sujeitos envolvidos com o comércio de couros na região, Cristóvão Pereira de Abreu, ter passado aos “padres matemáticos” incumbidos de mapear a América Portuguesa (Almeida, 2001), o roteiro do caminho entre Sacramento e Laguna, com a descrição dos acidentes geográficos, das distâncias e dos conhecimentos necessários para trilhar o caminho (Hameister, 2002, p. 130; Prado 2002, p. 50-51).

No centro da América do Sul, nas Minas de Cuiabá, os indígenas Mbayá-Guaykuru foram, entre 1720 e 1737, uma importante fonte de abastecimento de gado e de cavalos para a região. Os Guaykuru dominaram um extenso território ao norte de Assunção e ao sul de Cuiabá. Este domínio ocorreu graças ao sucesso dos Guaykuru, já em meados do século XVII, em suas investidas contra os ambientes coloniais espanhóis, incluindo as missões jesuíticas da região, no mesmo período atacadas pelas expedições paulistas de escravização indígena. A incorporação do gado e dos cavalos foi fundamental para que os Guaykuru

configurassem entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do XVIII uma territorialidade que fez frente às investidas espanholas e portuguesas (Bastos, 1979). Com o domínio sobre a região, na qual viviam outros povos indígenas, os Mbayá-Guaykuru, “renomearam a geografia do país”. Nas “terras mbaiânicas”, por exemplo, os rios Corrientes e Piray passaram a ser Apa e Aquidabam; o distrito que correspondia Pitun, PirayItati, passou a ser Agaguizo; o monte de San Fernando ganhou o nome de Itapucú-Guazú; o rio Guasarapo tornou-se Guache (Costa, 1999, p. 37). Em diversos documentos e mapas da primeira metade do século XVIII a extensão dos territórios dominados pelos Guaykuru, “dos índios cavaleiros” é representada.¹⁶ Para os Guaykuru, no período em questão, o gado “vacum e cavalari” serviu em muitos momentos para virar ao seu favor a balança das relações de força com os colonizadores espanhóis e portugueses.

A expansão da pecuária reencontraria os Guaykuru, mas por outros caminhos. Com a conclusão do caminho de terra entre Cuiabá e Goiás, em 1737, a criação de gado avançou na direção norte-sul invadindo o bioma Pantanal. Em 1741, o ouvidor de Cuiabá se queixa do fato de muitos colonos estabelecerem fazendas de gado com mais de vinte léguas sem oficializarem as posses por meio de cartas de sesmarias.¹⁷ Na segunda metade do século XVIII a expansão da exploração da erva-mate e das fazendas de gado, tanto na parte espanhola quanto na portuguesa, passaram a exercer pressão sobre os Guaykuru, que se envolveram em um longo processo de conflitos e negociações diante das políticas de atração tanto para as povoações ‘mistas’ dos portugueses, Albuquerque e Vila Maria, quanto “para as reduções que os espanhóis mantinham separadas de Villa Real de la Concepción” (Carvalho, 2014, p. 25-26). Entre tratados de paz, negociações, relações comerciais e conflitos, os Guaykuru seguiram suas incursões tomando gado e cavalos às estâncias durante toda a segunda metade do século XVIII (Carvalho, 2014, p. 184-190).

No Pantanal, o gado também passou por uma “história natural” que forjou uma nova raça, o *bovino pantaneiro*, ou *tucura*, formada aos longos dos séculos XVI e XVIII por meio de um lento “processo de adaptação evolutiva da ação da seleção natural sobre os bovinos de origem ibérica” (Mazza et al., 1994, p. 47). No período entre as últimas décadas do século XIX e começo de século XX, os zebuínos introduzidos, em razão do seu maior valor comercial, gradativamente suplantaram e levaram o gado tucura à categoria de *vulnerável* na classificação de risco de extinção (Mazza et al., 1994, p. 47).

Tanto na Capitania do Ceará Grande, como em outras regiões citadas, os documentos,

¹⁶ Como no mapa “Parte do governo de Sam Paulo e parte dos domínios da Coroa de Espanha”, ca. 1740. Biblioteca Nacional (Brasil) digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325602/cart325602.html. Acesso em: 02/02/2022.

¹⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa, 09-02-1741. Ms. Microfilme, rolo 3., doc. 153. AHU - NDIHR/UFMT.

na maioria das vezes, não explicitam a integração da pecuária às dinâmicas do comércio europeu. Compreender essa integração exige que percebamos que o couro é produzido por meio da espacialização de relações de poder, de interesses das elites locais, da geopolítica da Coroa portuguesa, nas dinâmicas dos conflitos e alianças com as sociedades indígenas, na exploração de diversas formas de trabalho (com destaque para a escravidão africana e indígena) e, evidentemente, em ligação com os diversos mercados locais que interligam as regiões interiores entre si e com as praças comerciais do litoral. A perspectiva que apresentamos neste artigo permitiu ainda fazer interagir, dialeticamente, os três níveis da história ambiental propostos por Donald Worster (1991, p. 202), uma vez que a cultura geográfica, as paisagens e as dinâmicas ambientais são vistas de maneira integrada. Acreditamos, portanto, que tanto a história econômica quanto a história ambiental ganham em diversidade e profundidade dos seus objetos de estudo com a percepção da continentalidade que a integração da América portuguesa à economia-mundo europeia adquiriu entre 1680 e 1750.

Referências

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907.
- ACIOLI, Gustavo; MENZ, Maximiliano M. Resgate de mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII). *Afro-Ásia* (Salvador). n. 37, p. 43-73, 2008.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projeto do novo atlas da América Portuguesa. (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- ALVEAL, Carmen. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das Capitânicas do Norte do Estado do Brasil. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro). v. 28, n. 56, p. 247-263, 2015.
- ALVEAL, Carmen, DIAS, Tiago Alves. Por uma história das Capitânicas do Norte: questões conceituais e historiográficas sobre uma região colonial no Brasil. *História Unicap* (Recife). v.7, n.13, p. 10-32, 2020.
- ALVES, Joaquim. *História das secas: séculos XVII a XIX*. Edição fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, [1953] 2003.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro: Souza e Companhia, 1837.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro poder e as origens do nosso tempo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRUDA, José J. de Andrade. O sentido da Colônia: revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830). In: TANGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; Unesp; Instituto Camões, 2001. p. 169-187.
- BASTOS, Uacury Ribeiro de A. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. São Paulo: Edusc, 1979.
- BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- BRAGA, Daniel Dutra Coelho *Colonialidade nos trópicos: a América Meridional e as viagens de volta ao mundo da Marinha francesa (c. 1815-c. 1852)*. Tese (Doutorado em

- História), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*, v. 3: *O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CARRARA, Ângelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia Historia* (Belo Horizonte). v. 23, n. 38, p. 574-596, 2007a.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007b.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII: Minas Gerais, Bahia e Pernambuco*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.
- CARVALHO, Francismar Alex L. de. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. São Paulo: Alameda, 2014.
- COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade; Cosmos, 1999.
- CRONON, William. *Changes in the land: indians, colonists and the ecology of New England*. New York: Hill and Land, 1983.
- CROSBY, Alfred. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- DIAS, Tiago Alves. A família Costa Monteiro, os cursos do sertão e as escalas mercantis no séc. XVIII. *Revista Espacialidades* (Natal). v. 12, n. 1, p. 1-36, 2018.
- DUQUE, José Guimarães. *O Nordeste e as lavouras xerófilas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.
- ELLIOTT, John H. *Imperios del mundo Atlântico: España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*. Tradução de Marta Balcells. Madrid: Taurus, 2006.
- FELIPE, Mariely de Albuquerque Mello. "E a natureza os entregou aos jogos dos tempos": a seca de 1791 na Capitania de Pernambuco e suas anexas. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.
- FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 30-76.
- FLORY, Rae; SMITH, David Grant. Bahian merchants and planters in the seventeenth centuries. *Hispanic American Historical Review* (Durham). v. 58, n. 4, p. 571-594, 1978.
- FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João. Conexões atlânticas, capitalismo, rentismo e sobrenatural. In: MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer et al. *Ramificações ultramarinas: sociedades comerciais no âmbito do Atlântico luso*. Rio de Janeiro: Mauá; Faperj, 2017, p. 9-24.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). *Revista de História* (São Paulo). v. 7, n. 15, p. 69-88, 1953.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana M. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História da UFMG* (Belo Horizonte). v. 1, n. 2, p. 7-36, 1986.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727-1763)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. Commodity chains in the World Economies, prior 1800. *Review: Fernand Braudel Center* (Binghamton, NY). v. 10, n.1, p. 157-170, 1986.
- JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *A urbanização do Ceará setecentista: as vilas de nossa senhora da Expectação do Icó e*

- de Santa Cruz do Aracati. Tese (Doutorado em Arquitetura), Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.
- KUHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa, século XVIII*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História* (São Paulo). n. 169, p. 223-253, 2013.
- MAZZA, Maria Cristina Medeiros et al. *Etnobiologia e conservação do bovino pantaneiro*. Corumbá: Embrapa/Cpap, 1994.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates: Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- MELO, Felipe Souza. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MELVILLE, Elinor. *A plague of sheep: environmental consequences of the conquest of Mexico*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MENEZES, João César de. Ideia da população da Capitania de Pernambuco e suas anexas, p. 57, [1766]. In: ALVES, Joaquim. *História das secas (séculos XVI e XIX)*. Edição fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.
- MENZ, Maximiliano. *Entre impérios*. São Paulo: Alameda, 2009.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOORE, Jason W. Sugar and the expansion of the early modern world economy: commodity frontiers, ecological transformations, and industrialization. *Review: Fernand Braudel Center* (Binghampton, NY). v. 23, n.3, p. 409-433, 2000.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2011.
- MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
- NARDI, Jean-Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial: lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Às margens do império: a pecuária das carnes salgadas e o comércio nos portos da porção oriental da costa leste-oeste da América portuguesa nas dinâmicas de um império em movimento (século XVIII)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2021.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. A dimensão Atlântica da empresa comercial do charque: o Ceará e as dinâmicas do mercado colonial (1767-1783). In: *Anais Eletrônicos do I Encontro Nordestino de História Colonial: Territorialidades, poder e identidades na América Portuguesa, séculos XV a XVIII*. Universidade Federal da Paraíba, 2006.
- OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. “O céu está muito alto e o imperador muito longe”: as matas da Caatinga e a questão climática no Império brasileiro (1825-1884). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.
- PÁDUA, José Augusto. A profecia dos desertos da Líbia: conservação da natureza e a construção nacional no pensamento de José Bonifácio. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (São Paulo). v. 15, n. 44, p. 120-142, 2000.
- PAULET, Antonio José da Silva. Descrição abreviada da Capitania do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará* (Fortaleza). Ano XII, p. 5-33, 1898.
- PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa*. Porto Alegre: Fumproarte, 2002.

- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2002.
- RIELLO, Giorgio. Nature, production and regulation in eighteenth-century Britain and France. *Historical Research* (Londres). v. 81, n. 211, p. 577-600, 2008.
- ROLIM, Leonardo Candido. "No tempo das carnes" no *Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati (c. 1690-1802)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.
- ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de. *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 11-49.
- ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de. *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- SANTOS, Márcio Roberto A. dos. *Rios e fronteiras: conquista e ocupação do sertão baiano*. São Paulo: Edusp, 2017.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil colônia. *Estudos Sociedade e Agricultura* (Seropédica). v. 5, n. 1, p. 119-156, 1997.
- SILVA, José Maria Cardoso; LEAL, Inara R.; TABARELLI, Marcelo (eds.). *Caatinga: the largest tropical dry forest region in South America*. Cham, Switzerland: Springer, 2017.
- SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.
- SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado da terra e da gente do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite, 1925.
- STUDART FILHO, Carlos. Os aborígenes do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. (Fortaleza). ano LXXVI, p. 153-217, 1963.
- TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos (séculos XVII-XIX)*. 4ª ed. Salvador: Corrupio, 2002.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno, v. 2: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Porto: Afrontamento, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial, v. 1: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México: Siglo XXI, 2011.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro). v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.